



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140961 - BA (2021/0003010-4)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : IVANA LIMA BORGES (PRESO)  
**ADVOGADOS** : REBECA CRISTINE GONÇALVES DOS SANTOS - BA036226  
LORENA GARCIA BARBUDA CORREIA - BA034610  
LARISSA RAFAELA PINHEIRO SILVA - BA063556  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
**CORRÉU** : GIOVANE GOMES DOS SANTOS  
**CORRÉU** : PAMERA DE CACIA MELGACO DOS SANTOS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por IVANA LIMA BORGES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8030614-36.2020.8.05.0000).

A recorrente foi presa em flagrante em razão da suposta prática de três tentativas de homicídios. A custódia foi convertida em preventiva fundamentada no art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal. Foi pronunciada em 7.1.2019 e mantida a prisão cautelar.

Sustenta a recorrente o excesso de prazo na formação da culpa, aduzindo que se encontra segregada há 2 anos sem que se tenha previsão para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri, em manifesta violação do princípio da razoável duração do processo.

Destaca que deve ser colocada em liberdade em virtude da injustificável demora processual e diante do cenário atual da pandemia, defendendo a mitigação do enunciado da Súmula 21/STJ.

Requer, liminarmente, o deferimento da liberdade provisória e a expedição do competente alvará de soltura, para que aguarde em liberdade o seu julgamento. No mérito, requer o provimento do recurso, a fim de que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente